



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

## PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4378/2024

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2024.

Processo nº 0006269-14.2021.8.19.0067,  
ajuizado por

Em atendimento à Intimação Judicial (fl. 109), seguem as informações.

Acostado aos autos, encontra-se **PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0333/2022** (fls. 52 a 55), de 03 de março de 2022, com pleito de **aplicação intravítrea do medicamento Ranibizumabe** (Lucentis®) no qual foram esclarecidos os aspectos relativos às legislações vigentes à época e ao quadro clínico da Autora – edema macular e membrana neovascular subretiniana. Nos referidos documentos, este Núcleo recomendou a emissão de documento médico atualizado descrevendo qual a doença de base que evoluiu com formação de edema macular e membrana neovascular subretiniana.

Após manifestação deste Núcleo, foi acostado novo documento (fl. 98 e 99) emitido em impresso próprio pelo médico \_\_\_\_\_ em 12 de agosto de 2024, no qual é informado que a Autora apresenta baixa acuidade visual e alta miopia. Apresenta **degeneração miópica** com **membrana neovascular subretiniana** e **edema macular** em ambos os olhos. Foi prescrito tratamento com antiangiogênico como tentativa de melhora da acuidade visual.

Primeiramente cumpre informar que, embora o pleito inicial seja de **aplicação intravítrea do medicamento Ranibizumabe**, e para este conste prescrição em documento médico antigo (emitido em 08 de outubro de 2021 – fls. 14 e 15), o documento médico recente acostado aos autos (fls. 98 e 99) solicita de forma genérica tratamento com antiangiogênico, sem especificar o medicamento a ser utilizado.

A **miopia** degenerativa, ou patológica, é uma importante causa de cegueira legal em países desenvolvidos. É caracterizada por erro refrativo de pelo menos -6,00 dioptrias com um comprimento axial do globo ocular de mais de 26 mm. Duke-Elder define a miopia degenerativa como o tipo de miopia acompanhada por alterações degenerativas que ocorrem, particularmente, no segmento posterior do globo ocular. Outra definição seria a alta miopia acompanhada por disfunção visual. A alta miopia é freqüentemente associada com prolongamento excessivo e progressivo do olho, resultando em uma variedade de alterações fundoscópicas, associadas com graus variáveis de perda visual. Estas alterações acometem desde a fóvea até a periferia retiniana<sup>1</sup>.

Neste sentido, cumpre informar que o **Ranibizumabe** (Lucentis®) **possui indicação** que consta em bula para a condição clínica que acomete a Autora – **membrana neovascular miópica em ambos os olhos**<sup>2</sup>.

Quanto à disponibilização no âmbito do SUS, informa-se que:

- **Ranibizumabe** foi incorporado ao SUS para o tratamento do edema macular diabético (EMD) e degeneração macular relacionada à idade forma exsudativa, conforme

<sup>1</sup> BRASIL, Oswaldo Ferreira Moura et al. Avaliação das alterações fundoscópicas na miopia degenerativa. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, v. 69, p. 203-206, 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/abo/a/rNYrsLTcg9fHFMjjKzVmjjK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>2</sup> Bula do medicamento Ranibizumabe (Lucentis®) por Novartis Biociências S.A. Disponível em:

<<https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=lucentis>>. Acesso em: 21 out. 2024.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

protocolos do Ministério da Saúde e a assistência oftalmológica no SUS. Contudo, a doença da Autora – **membrana neovascular miópica** – **não é contemplada** para o acesso ao medicamento, **inviabilizando o recebimento pela via administrativa**;

- O procedimento da **aplicação intravítrea está coberta pelo SUS**, conforme a Tabela de procedimentos, medicamentos, órteses/próteses e materiais especiais do sistema único de saúde – SUS (SIGTAP), na qual consta: **injeção intravítrea**, sob o código de procedimento: 04.05.03.005-3.

O medicamento **Ranibizumabe** (Lucentis®) **não foi avaliado** pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) para o tratamento da **membrana neovascular miópica**<sup>3</sup>.

Ressalta-se que **não há** medicamentos que configurem alternativas terapêuticas disponibilizados no âmbito do SUS para o medicamento pleiteado **Ranibizumabe** para a doença da Suplicante.

O **Ranibizumabe** (Lucentis®) **possui registro ativo** na Agência Nacional de Vigilância sanitária (ANVISA).

Em consonância com a Portaria SAS/MS nº 288, de 19 de maio de 2008, e com Deliberação CIB-RJ nº 5.891 de 19 de julho de 2019, o Estado do Rio de Janeiro conta com Unidades/Centros de Referência de Atenção Especializada em Oftalmologia. Cabe esclarecer que, conforme documentos médicos acostados ao processo (fls. 14 e 15), a Autora encontra-se em acompanhamento no **Hospital do Olho Júlio Cândido de Brito, unidade pertencente ao SUS e que integra a rede de atenção especializada em Oftalmologia**. Desta forma, **a referida unidade é responsável pela aplicação pleiteada**. Em caso de impossibilidade, poderá promover o encaminhamento da Demandante a outra unidade apta a atender a demanda.

**É o parecer.**

**Encaminha-se à 6ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias do Estado do Rio de Janeiro, para ciência.**

**ALINE MARIA DA SILVA ROSA**

Médica  
CRM-RJ 52-77154-6  
ID: 5074128-4

**JULIANA DE ASEVEDO BRÜTT**

Farmacêutica  
CRF-RJ 8296  
ID. 5074441-0

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe  
CRF-RJ 10.277  
ID. 436.475-02

<sup>3</sup> Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Disponível em: < <https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/tecnologias-demandadas> >. Acesso em: 21 out. 2024.